

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL SOCIAL DA IRA NO REINO FRANCO (770-820)

Reflections on the Social Role of Wrath in the Frankish Kingdom (770-820)

Renan Perozini Gomes Barrozo

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8669-4327>

E-mail: renangomespb@gmail.com

Recebido em: 28/11/2023

Aprovado em: 22/05/2024

Resumo:

O objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão a respeito da História das Emoções para abordar o período medieval. Nesse sentido, discutiremos de forma breve o processo de transformação no campo conceitual e a sua concretização a partir de uma abordagem social. Sendo assim, o trabalho está estruturado com base na discussão do campo teórico, o papel das emoções nas dinâmicas sociais, a historiografia do Deus Medieval e sua mobilização como elemento de embasamento retórico e as diferentes funções sociais da ira, analisando os momentos em que ela se torna socialmente aceita ou quando é um vício, permitindo assim, o uso da violência para o estabelecimento da ordem.

Palavras-chave: Emoções; Ira; Carolíngio.

Abstract:

The intention of this work is to reflect on the of the History of Emotions in addressing the medieval period. In this regard, we will briefly discuss the transformation process in the conceptual field and its realization through a social approach. Therefore, the work is structured based on the discussion of the theoretical framework, the role of emotions in social dynamics, the historiography of the Medieval God, and its mobilization as a rhetorical foundation element, as well as the various social functions of anger. This analysis examines moments when anger becomes socially accepted or deemed a vice, thereby allowing for the use of violence to establish order.

Keywords: Emotions; Anger; Carolingian.

O estudo da História das Emoções não é uma novidade teórica, desde o século XIX, autores como Jules Michelet (MICHELET, 1966 [1862]) já se esforçavam por abordar, em certa medida, o tema relativo as sensibilidades. A respeito do período Medieval, autores conceituados do início do século XX, cujos trabalhos serão objeto de análise deste trabalho, como Marc Bloch, Yohan Huizinga e Norbert Elias, abordaram as sensibilidades. Nesse sentido, torna-se importante iniciar essa reflexão a partir de alguns questionamentos: o que são emoções? Como elas são relevantes para uma análise histórica?

Segundo a enciclopédia *Britannica*, emoção pode ser compreendida como "uma experiência complexa de consciência, sensação corporal e comportamento que reflete o significado pessoal de uma coisa, um evento ou um estado de coisas"¹, portanto, podemos compreender tal conceito como uma forma de conhecer e experimentar a vida. Em suma, a história se insere no horizonte conceitual das emoções, ao passo que ambas abordam a problemática do conhecimento do mundo e das transformações. Porém, qual seria a relevância de se estudar as emoções em temporalidades recuadas? A proposta deste artigo dialoga com a necessidade de expandirmos o campo de análise das emoções e a maneira como tomamos conhecimento do mundo e nos movemos diante dele, para a partir de determinados pontos que levantaremos aqui, refletirmos sobre a nossa forma de nos relacionarmos com os outros.

A partir dessa reflexão inicial, um problema se coloca como pressuposto deste trabalho. Em que medida emoções e violência possuem relação no período medieval? Ao longo do século XX, alguns autores tentaram abordar a questão. Entre eles, destacamos Johann Huizinga, Marc Bloch e Norbert Elias. No campo das emoções medievais os dois primeiros estruturaram seus argumentos a partir da materialidade, cuja função seria ajudar a modelar as formas de experimentar o mundo. Já o último, sugere um paradigma civilizacional, que através da perspectiva do autor, foi fundamental para a modernidade, além de defender que a sociedade moderna definiu uma hierarquização e separação entre razões e emoções.

Na esteira da discussão sobre as análises emocionais no período medieval, Bloch afirma que a atmosfera mental/emocional durante o a primeira idade feudal (BLOCH, 1982: p. 321)² foi marcada pela precariedade de recursos. Desta maneira, as sociedades medievais eram extremamente instáveis. Suas formas de experimentar o mundo, através do prisma emocional,

eram marcadas pelo constante estado de desordem, reflexo das dificuldades materiais da vida prática.

“Entre tantas mortes prematuras, muitas eram devidas às grandes epidemias que frequentemente se abatiam sobre uma humanidade mal apetrechada para as combater; entre os pobres, além do mais, eram provocadas pela fome. Juntamente com as violências diárias, estas catástrofes davam à existência como que um sabor de precariedade perpétua. Residiu aqui, provavelmente, uma das razões primordiais da instabilidade de sentimentos, tão característica da mentalidade da era feudal, especialmente durante a sua primeira idade.” (BLOCH, 1982: p. 95)

A base teórica que serviu de ponto de partida para o autor, tem como princípio fundamental a concepção de que a vida material ajudava a cristalizar a dualidade entre emoção e razão. Ao pontuar que a primeira idade feudal era marcada pela falta de controle das emoções e da violência desregulada, Bloch acaba reproduzindo a concepção de hierarquização razão/emoção.

Em paralelo com a produção de Bloch, mas não necessariamente tendo mesmo pressuposto teórico, o sociólogo Norbert Elias ajuda a cristalizar a concepção de que o período medieval foi marcado por uma violência desregulada. Segundo autor, a falta de controle das pulsões era o elemento que marcava a emotividade do período.

“A importância da boa forma, a marca característica de toda ‘sociedade’ autêntica; o controle dos sentimentos individuais pela razão, é uma necessidade vital para todos os cortesãos; o comportamento reservado e a eliminação de todas as expressões plebeias, sinal específico de uma fase particular na rota para a ‘civilização’” (ELIAS, 1990: p. 34)

Suprimir os mecanismos emocionais de experimentação do mundo, mediante aos sentimentos, antipatias, compulsões, eram elementos inerentes à vida nas cortes, em que a centralidade social se verificava através do processo civilizacional. Portanto, o controle dos afetos individuais era um pressuposto indissociável para o comportamento cortesão, que para o autor, demarcava transformações do mundo medieval.

Esses autores foram relevantes por iniciarem estudos sistemáticos relativos as emoções e violência no período medieval. Embora tenham sua importância, esses autores foram limitados pelas concepções teóricas e metodológicas de seu contexto histórico, e contribuíram

para a cristalização da forma como concebemos a relação entre razões e emoções, no campo da história. Além disso, tais autores atribuem um sentido evolucionista tanto para o período quanto para a relação entre razões e emoções. Bloch sugere que o período medieval teria sido a infância da história da França, conforme podemos atestar através das palavras do autor.

“Numa palavra, havia por detrás de toda a vida social um fundo de primitivismo, de submissão aos elementos indisciplináveis, de contrastes físicos que não podiam ser atenuados. Não existe qualquer instrumento que permita avaliar a influência que tal meio circundante podia exercer nas almas. Como pensar, no entanto, que ele não tenha contribuído para a rudeza daquelas?” (BLOCH, 1982: p. 94)

Portanto, embora Bloch fizesse parte de um movimento que inseria o problema na metodologia histórica (BLOCH, 2001), não era objeto de análise a problematização das emoções e a concepção dualista foi o que marcou seus estudos no período medieval.

Diferente do início do século XX, nas últimas décadas ocorreram transformações em diversos campos do saber que envolvem as emoções, tornando-as objeto de análise de estudiosos de variadas origens, como a psicologia, antropologia, neurociência. Na esteira desses trabalhos, algumas mudanças puderam ser verificadas a partir das maneiras mais tradicionais de analisar as emoções (a respeito do *prima dual razão/emoção*). Nesse sentido, novos questionamentos proporcionaram o desenvolvimento do horizonte conceitual e alguns trabalhos se tornaram fundamentais para o estudo da História das Emoções, entre eles o artigo de Evelin Gerda Lindner, intitulado *O que são emoções* (LINDNER, 2013), em que a autora formula importantes discussões sobre a dimensão social das emoções e seu aspecto biológico, cognitivo e construcionista.

Segundo a discussão proposta por Lindner, um sentimento só é experimentado em coletividade. A autora parte da análise das relações matrimoniais no Egito e discute a falta de recursos materiais para determinados grupos. A partir dessa correlação, ela destaca que pode haver uma cooperação entre grupos cuja materialidade é escassa, porém, "essa cooperação se rompe, no entanto, quando os sentimentos se tornam hostis, quando grupos definem outros grupos como não grupos, como outsiders e não amigos, e com quem a cooperação se torna 'impensável', mesmo que viesse a resolver todos os problemas de recursos e servir à sobrevivência" (LINDNER, 2013: p. 825). Com base em suas discussões, é possível afirmar

que há uma dimensão conflituosa e social das emoções, caracterizada pela forma como certos grupos, presentes em um contexto histórico, compreendem, atribuem significado e potencializam seus sentimentos. As relações socioemocionais são construções históricas e, portanto, se não levarmos em consideração a sua dimensão coletiva e histórica, reproduziremos modelos analíticos que as tratam com bases universais e não avançaremos em seus estudos.

Se emoções são históricas e experimentadas a partir da coletividade e se partimos da concepção de que embora sejam universais, não é possível definir emoções base e suas representações para toda humanidade, como não correr o risco de reproduzir uma visão do presente projetada em temporalidade recuada? Para solucionar esse problema, torna-se essencial a discussão proposta por Thomas Scheff, em um artigo intitulado *Por que precisamos de uma taxonomia?* (SCHEFF, 2012). Devemos definir um horizonte semântico para não incorrerem em ambiguidades. Para Scheff, é essencial que haja uma taxonomia da emoção que pretendemos abordar (SCHEFF, 2012: p. 10). Outro importante elemento que eleva a demanda por uma definição conceitual, refere-se à utilização de sinônimos, "há muitos nomes diferentes usados para o que parece ser uma mesma emoção, cada um aparentemente conotando uma sutil diferença, ou às vezes, um significado flagrante" (SCHEFF, 2012: p. 11). A partir dessa reflexão, poderíamos abordar uma dupla análise. Além da ambiguidade e da variação de palavras que representam uma emoção, existe a possibilidade para a sua interação com outras expressões, alterar seu significado, conferindo caráter vicioso ou de virtude.

Uma contribuição taxonômica que o autor discute se refere a emoção de raiva. Para ele, "sem tal definição, no entanto, não fica claro se a distribuição resultante se refere à emoção no geral ou ao significado das palavras usadas para designar emoções" (SCHEFF, 2012: p. 13). Desta maneira, emoções como a ira, essenciais para esse trabalho, poderiam ser facilmente associadas ao *estar "puto"*, contudo, em vez de ira, o contexto linguístico e social ao qual a palavra se enquadra pode despertar sentimentos que não tem relação com ela. Em suma, além de compreendermos as emoções em um universo social e histórico, sua expressão escrita é essencial, tendo em vista que o que conhecemos por Idade Média chegou até nós pela preservação documental realizada ao longo dos séculos posteriores, tornando inviável uma

análise oral. Portanto, partimos de uma análise textual e trabalharemos as expressões emocionais em sua coletividade, a partir de uma História Social das Emoções¹.

Nessa esteira da renovação conceitual do campo das emoções, um dos principais autores que contribuíram para seu desenvolvimento foi Willian Reddy. Partindo de um pressuposto construcionista das emoções, o autor dialogou com a psicologia cognitiva e sustentou a ideia de que emoções e cognição são mecanismos de experiência do mundo que possuem sua esfera individual e coletiva. A partir dessas reflexões, o autor formulou a concepção de *emotive*, que apresentariam “aparência descritiva, propósito relacional, efeitos auto-exploratórios e auto-transformável (...) “são como performativos, no sentido de que fazem algo para o mundo” (REDDY, 2001: p. 111). Segundo o autor, a sociedade interage nos chamados *Regimes Emocionais*, proporcionando um caráter político para os sentimentos. Seu trabalho ajuda a fundamentar nossa concepção histórica a partir da percepção de que emoções e história são fundamentais para compreensão das relações sociais, ressaltando a esfera social deste trabalho. Trabalharemos com sua ideia em articulação com a taxonomia, proposta por Thomas Scheff de compreender o *emotive* e a sua relação linguística com o contexto que se faz presente na escrita.

Seguindo essa renovação no campo da História das Emoções, o para seu desenvolvimento foi Barbara outra relevante autora para o desenvolvimento do campo foi Barbara Rosenwein. Em sua obra *Emotional communities in the early Middle Ages* (ROSENWEIN, 2006), nota-se a construção de um instrumento analítico para estudar as emoções na Alta Idade Média. Assim como Reddy, a autora compreende a dimensão coletiva das experiências emocionais e propõe o conceito de *Comunidades Emocionais*, que podem ser compreendidas "em síntese: [como] grupos sociais cujos membros aderem às mesmas valorações sobre as emoções e suas formas de expressão" (ROSENWEIN, 2011: p. 7) a partir dessa noção básica, podemos constituir um método de análise das fontes e encontrar elementos que possibilitem flexibilidade e a fluidez do conceito.

¹ Concepção epistemológica debatida pelo professor Doutor Gabriel de Carvalho Godoy Castanho em sua disciplina optativa intitulada “História Social das Emoções: Idade Média e além...” ministrada em Primeiro Semestre/2022 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro PPGHIS-UFRJ. O programa do curso está disponível em <https://ppghis.historia.ufrj.br/disciplina/historia-social-das-emocoes-idade-media-e-alem-2/>. Acessado em 23/10/2023.

Diante disso, com base nessas reflexões a respeito do desenvolvimento do campo da História Social das Emoções, estruturaremos nossa análise a partir de um horizonte de estudo semântico, cujas experiências e ideias, definidas na utilização de *emotives*, sua dimensão social terá como base o estudo da ira e as metas de sua inserção em determinados espaços de representação escrita. Assim, buscaremos compreender a partir de uma dimensão escrita a ira era mobilizada e os possíveis objetivos de seu registro escrito. Cabe ressaltar que nosso trabalho tem como horizonte hipotético a ideia de que emoção se torna tangível por meio do processo de escrita, a partir de uma perspectiva social. Dessa forma, não nos importa se sua mobilização na fonte era sincera, o que nos interessa é a sua aceitabilidade ou não, do ponto de vista estrutural.

Emoções e o Cristianismo Medieval e o relacionamento entre Deus e a Ira no processo de construção da ordem

“Addressing God as a beloved father was original to the era: it described an intimacy with God similar to that which Augustine had felt” (BOQUET, NAGY 2018: p. 168). No excerto acima, Damien Bouquet e Piroška Nagy ao enfatizarem o papel das emoções no período Carolíngio, propõe que a modificação na forma de se relacionar com a oração, permeou o período carolíngio, emulado na produção dos manuscritos monásticos. A intimidade com Deus se tornou um elemento recorrente e essencial do processo de escrita. O exemplo medieval sugere que os valores religiosos, as ideias, técnicas de escrita e ensinamentos influenciaram fortemente a maneira de experimentar o medieval, mas além disso, cristalizou uma concepção cristã de sentir e reproduzir tais experiências.

Segundo os autores, a estrutura social carolíngia buscava uma coesão, através de um modelo de cristianização, que se expandiu para as narrativas que envolviam questões emocionais "they were all the more so given that the Carolingian political vision aimed – through Christianization – to unify the Empire and its society in a common march towards salvation." (BOQUET, NAGY 2018: p. 173). Nesse sentido, embora haja a possibilidade de algumas críticas quanto a possibilidade de uma unidade, é possível pensarmos que o modelo

administrativo, que permeava a produção alfabetizava, possuía uma matriz formadora comum, estabelecendo relações sincrônicas entre o cristianismo e a emotividade.

Essa matriz formadora ficou conhecida pela historiografia como *Renascimento Carolíngio*, e criou personagens que se tornaram referenciais no processo de produção escrita, bem como na constituição de significado. Segundo Artur Costrino, Alcuíno de York foi figura elementar nesse Renascimento, que além de tudo, foi patrocinado pelo imperador Carlos Magno, cujo objetivo era padronizar as práticas escritas e por extensão, administrativas, sendo essencial para o desenvolvimento administrativo do Império Carolíngio e, crucial para a produção escrita, importantes em diferentes processos administrativos e jurídicos do Império (COSTRINO, 2020: p. 153.).

Portanto, no período Carolíngio, em especial entre o final do século VIII e a primeira metade do século IX, o significado de uma emotividade era definido a partir de uma comunidade de fé, cujo papel do cristianismo se tornou central. Nesse sentido, é importante estabelecermos uma base semântica para compreensão do que personagens letrados desse período, argumentaram sobre o papel da ira divina. Para isso, tomaremos como base alguns textos escritos por Alcuíno de York, devido a sua relevância para o processo de construção de uma escrita padronizada, tendo se tornado um referencial para o período. Segundo Rosenwein, “como os historiadores podem saber se as palavras que estão lendo significam emoções? Uma possibilidade é consultar os teóricos daquele período.” (ROSENWEIN, 2011: p. 28). Sugestivo e intrigante, o trecho acima propõe que cada período apresenta seu conjunto de indivíduos que podem ser identificados como teóricos de seus tempos. portanto, a escolha de Alcuíno se dá também pelo seu papel como os teóricos do período medieval, muito em razão da maneira como eram relevantes para o registro dos textos do período.

Dessa forma, visamos compreender o valor semântico das palavras, em sua forma descritiva, partindo da definição empregada por Alcuíno de York, em uma obra de cunho moral, intitulada *De ratione animae* em que é possível notar a ocorrência de palavras que expressam emoções de forma descritiva em oito casos, tendo predomínio do emprego nominal (ira – 4 vezes; irae – 1 vez; iram – 2 vezes; iracibilis – 1 vez).

De maneira geral, ao empregar os termos, Alcuíno está preocupado em discutir as virtudes da alma, pois sua, segundo o autor, é tripla, “nela há uma parte concupiscível, outra

racional e uma terceira irascível. Feras e animais compartilham duas partes em comum conosco, isto é, concupiscência e irascível. Somente o homem entre os mortais prospera com a razão, é forte em conselhos e se destaca em inteligência.” (ALCUÍNO, 804: p. 101.0640A-B) Ao considerar o irascível como um dos estados da alma e aproximar ele dos animais, o autor nos mostra que há uma conotação negativa na ira. Ela é um elemento socialmente ruim, pois aproxima humanos de não humanos.

Portanto, para Alcuíno, a ira é um vício que está diante do domínio da temperança² existe um conflito interno na alma, cuja ira tende a buscar o controle, porém, o bom cristão deve manter a virtude da temperança, impedindo que seu discernimento seja afetado pelo governo da ira. O que podemos observar através dessa discussão, é que o valor semântico da expressão nesse primeiro trecho de Alcuíno é negativo, ou seja, é um estado que deve ser evitado, embora seja um dos domínios da alma humana, ele está presente também em animais, portanto, seu valor é negativo, pois ao ser tomado pelo estado de ira, ocorre-se erro e afasta-se das virtudes de Deus, abrindo espaço para que o pecado aconteça. Há a possibilidade de uma conotação pecaminosa da ira.

Contudo, ao continuarmos a análise do texto de Alcuíno, encontramos um trecho em que o autor discute o valor das quatro virtudes cardeais, mas discute também o papel que a ira deveria desempenhar. No quarto capítulo da obra ---- o autor afirma “A ira foi dada para restringir os vícios, para que o homem não servisse a senhores ímpios, isto é, pecadores, porque segundo a palavra do Senhor: Quem comete pecado é servo do pecado (João 8:34)” (ALCUÍNO, 804: p. 0640D-0641A). Com base nesse trecho, é possível observar que ira também foi dada aos humanos para que eles não sirvam senhores ímpios e pecadores. Poderíamos pontuar que o valor semântico da emoção está associado ao contexto em que é empregado, envolvendo a motivação, que poderia cumprir a função de alterar a conotação, apresentando um valor diferente de um vício. Nesse sentido, a ira divina, ou régia, possuiria função de justiça, objetivando estabelecer a ordem, como extensão de seus papéis sociais, porém, a organização da escrita seria o elemento determinante para produção de sentido.

² uma das quatro virtudes debatidas pelo autor na obra *De ratione animae*, que se soma a prudência, justiça e fortaleza.

O papel social das emoções na ordem social

Compreender organização da sociedade carolíngia e suas dinâmicas foi trabalho realizado por vários historiadores, podendo remontar aos intelectuais que produziam estudos desde o século XVI. Embora tal debate seja convidativo, optamos por nos deter a autores do século XX, levando em consideração que boa parte das tentativas de compreender a formação da sociedade francesa no século XVIII, muitos autores estiveram buscando a compreensão e crítica ao sistema conhecido como Antigo Regime³. Os autores da segunda metade do século XVIII possuíam como meta a transformação da sociedade⁴ e boa parte dos autores do século XIX, especialmente aqueles com alcance maior⁵, apresentaram uma visão romântica a respeito do período. Não estamos desconsiderando suas análises e abordagem, apenas limitando as discussões possíveis a um horizonte palpável para este trabalho.

Nesse sentido, por muitas décadas, os autores francófonos como March Bloch, Jérôme Baschet, Jacques Le Goff contribuíram para consolidação de um modelo de análise, influenciando de maneira decisiva a historiografia e a própria forma como se ensinou história (e ainda é ensinada) nas redes de educação básica do Brasil (CASTANHO, 2018)⁶. Sendo assim, o *Feudalismo* foi o conceito eleito para explicar a organização e dinâmica social, especialmente no mundo franco. O *Feudalismo*, a partir dessas perspectivas, pressupõe a doação de terra envolvendo relações de fidelidade e prestação de serviço militar entre dois indivíduos, embora não fosse essencialmente esse o ponto, essa seria a base de um elemento que uniria nobres com obrigações coletivas

Contudo, optamos pelos estudos elaborados por Susan Reynolds, que ao analisar o cenário carolíngio e sua articulação com as dinâmicas feudais, argumenta que o propósito original se baseava na prestação de serviço militar "the tenure of fiefs, it is said, although dependent, was honourable and free, and was even, in some formulations, restricted to nobles. The original purpose of Carolingian benefices was to provide military service.". Percebe-se a existência de um elemento essencial para a articulação deste trabalho: as relações de benefício por serviços militares fundamentavam as relações políticas e sociais. A transferência de terra envolvia prestação de serviços bélicos, elemento fundamental para o contexto carolíngio, abordado também nas relações emocionais, segundo Nagy e Bouquet "such emotions and

gestures must be read within the framework of values of the surrounding society; and it should also be recognized” (BOQUET, NAGY 2018: p. 154). As noções análogas *amicis/inimicis* demonstram a relevância dos laços de amizade emocional, presentes na construção das fontes. A fidelidade e prestação de serviço eram o contrato estabelecido visando a transferência e legitimidade da posse para um nobre que fosse capaz de proteger e manter a ordem, essa era uma de suas funções sociais.

“though fiefs were thought of as suitable in principle only for those who would do military service, they were in practice sometimes inherited by women in default of male heirs. As all this suggests, fiefholding, like vassalage, was essentially contractual: the lord had to protect his vassal, the fiefholder, and do justice to him in his court. The vassal had to fight for his lord and offer him counsel and aid, notably by paying certain customary 'feudal aids' when the lord faced exceptional expenses, like those involved in going on crusade, knighting his son, marrying off his daughter, or ransoming himself if he were captured in battle. If the vassal betrayed his lord or failed significantly in his duties his fief might be confiscated.” (BOQUET, NAGY 2018: p. 154)

Os acordos envolviam a aproximação entre grupos familiares que eram responsáveis pelo auxílio militar, que se tornava obrigação daquele que recebia o benefício. Apesar da premissa inicial ser militar e defensiva, havia necessidade de fazer justiça quando ela fosse necessária. Prestar resgate e não trair o senhor significavam a manutenção do contrato. Se um grupo não fosse capaz de fazer justiça, ela poderia chamar um suserano para tal. Diante desse debate, cabe os seguintes questionamentos: como o rei se posicionava nesse campo de interesses?

Partindo da reflexão levantada anteriormente, uma das funções sociais que o rei exercia no período Carolíngio, era de manter e reestabelecer a ordem entre seus vassalos. Em casos que ocorresse a quebra de laços de fidelidade, conferia-se legitimidade ao uso da força por parte do governante. É possível observar nos *Anais Reais Francos* elementos que corroboram com a proposição. No ano de 775, em meio ao conflito contra os saxões, o autor registra ao final do mesmo ano a traição de Hrodgaud, duque de Friuli "quando soube que o lombardo Hrodgaud não estava cumprindo com fé, mas quebrando todos os juramentos e planejando incitar a Itália à rebelião, o Senhor Carlos marchou com o exército franco."⁷ Nota-se o artifício retórico empregado na organização do registro. Antes de uma ação violenta e reparadora por

parte do rei, havia uma quebra de ordem social pelo vassalo, tornando a ação passível de ser executada, justa. A organização escrita seguia um modelo cuja legitimidade do ato de violência estava presente

Mas o uso do exército não era o único artifício real, a violência empregada poderia ser verificada através de ameaças. Ao observarmos os eventos selecionados e registrados no ano de 787, podemos notar que em uma das viagens realizadas por Carlos Magno, até Roma, questões conflituosas se tornaram relevantes ao ponto de serem registradas nos *Anais Reais Francos*. Na região de Benevento, os nobres prestaram homenagens em troca da manutenção da paz. Porém, um elemento que nos chama a atenção é a autorização de ações violentas com intuito de reestabelecer a ordem. Ao estruturar a escrita, o autor dos Anais propõe que emissários do Duque Tassilio (c. 742 - 794) fossem enviados à Roma para solicitar a paz. Carlos Magno teria dito ao papa que a desejava, mas que não havia conseguido por muito tempo, nem tampouco por qualquer meio. Então, a resposta enviada ao duque é que os francos estariam absolvidos de qualquer punição ou pecado em caso de reparação violenta.

Mas qual papel das emoções, em especial da ira, nesse cenário em que as relações sociais entre a nobreza são baseadas através da prestação de auxílio militar e manutenção da ordem? Para responder essa questão, Barbara Rosenwein questiona a concepção de que a Idade Média teria sido um período violento, estabelecido como um paradigma historiográfico ao longo dos séculos XVIII-XX. Como acreditavam os autores desse recorte, o período teria sido marcado pela extrema violência motivada pela falta de controle das pulsões em que a raiva não era controlada. Ao invés disso, a autora propõe que havia necessidade de uma historicidade das emoções e sua articulação com a violência, no período. Segundo Rosenwein (ROSENWEIN, 1998), as sociedades medievais construíram concepções a respeito das emoções. A autora defende que a análise das emoções não deve ser realizada a partir de um prisma biológico, tomando como partida a ideia da existência de emoções base. Mas chama a atenção para o fato de que existe uma dimensão social que precisa ser compreendida em cada contexto histórico e para cada grupo.

A partir dos pressupostos abordados, podemos verificar alguns indícios desses desdobramentos através da análise dos *Anais Reais Francos*. No ano de 760, pode-se notar dois elementos até aqui discutidos: o uso de palavras e suas relações com os contextos linguísticos.

Pepino (c. 714 - 768) desejava estabelecer a ordem na região da Aquitânia, tendo em vista que Waifarium († 768) estava promovendo desordem. Podemos observar nos Anais o seguinte trecho: "o rei Pepino viu que Waifarium, duque dos aquitanos, não concedia nem o mínimo de seus direitos às igrejas [da Francia]"⁸ A quebra de ordem iniciada por Waifarium, abre um parâmetro para que a violência seja praticada, ao passo que se faz necessário que Pepino mantenha a estabilidade. Através de uma concessão de reféns, o rei franco teve seu coração acalmado "e com esse ato [concessão de reféns] ele apaziguou o rei que imediatamente desistiu da guerra"⁹. Nota-se que a emoção não foi mobilizada por uma palavra com conotação emotiva, mas ao invés disso, manifestou-se através de uma chave implícita. Se o coração foi apaziguado, pode-se inferir que estava enfurecido e a motivação havia sido o conflito envolvendo o Waifarium e a Igreja, portanto, uma quebra de ordem.

No ano de 809, observa-se a mesma situação, contudo, o termo não aparece mais de forma interpretativa, mas objetiva. Durante o período, o redator do documento registrou uma tensão entre Carlos Magno e Godofredo (†810), o seguinte relato pode ser observado: "enquanto isso, Godofredo, rei dos daneses, enviou uma mensagem através de mercadores devido ao que tinha ouvido falar da ira do imperador contra ele"¹⁰ Observa-se a representação da emoção através da palavra *iratus*. Diferente do exemplo anterior, neste caso, o *emotive* inserido no contexto linguístico mobilizou um estado emocional do imperador em que, possivelmente, a função social pode ser associada a uma característica necessária do rei a fim de estabelecer uma boa relação com seus vizinhos, possivelmente marcada pela estabilidade.

O Deus Medieval

O Deus medieval, em especial, do período Carolíngio, pode ser bem definido segundo a proposição de Jacques Le Goff, pois, por mais que o Deus cristão seja universal, ele assume a natureza e o lugar daquele que o imagina, ressaltando os contornos de um deus particular. Segundo o autor, "existe um Deus dos clérigos e um Deus dos leigos; um Deus dos monges e um Deus dos seculares; um Deus dos poderosos e um Deus dos humildes; um Deus dos pobres e um Deus dos ricos". (LE GOFF, 2007: p. 11). Embora tenha enfrentado diferentes aspectos da conversão, que não nos cabe agora discutir, Le Goff propõe que o Deus medieval não

encontrou um concorrente, ele era o Deus oficial. Todas as demais representações divinas eram seres menores, suas ações corrigiam desordens sociais, sua ira não era malevolente, mas justa.

Dentre as contribuições de Le Goff para pensarmos na questão do Deus cristão, a mais relevante é a sua definição sobre o Deus do Evangelho. Segundo autor, “O Deus que vem da Bíblia não é, de fato, nem bom e nem mau. É todo-poderoso, é justo, mas pode ser terrível. Pode ser um Deus de cólera, um Deus de vingança, e o clero medieval terá, tanto quanto os fies³, dificuldade em deixar de considerar essa imagem. “ (LE GOFF, 2007: p. 29) Por ser justo e todo-poderoso, o Deus cristão se torna um instrumento de legitimidade, um árbitro.

Nesse sentido, a cólera/ira de Deus busca pela estabilidade social. O Deus dos cristãos, no período Carolíngio, possui como função dar ordem a coletividade vivida, ele está presente em todos os elementos, desde os templos, as marcações de data. Nessa perspectiva, torna-se possível a formulação de uma hipótese norteadora do trabalho de análise das fontes: a ira, tanto divina quanto do rei, possui função social de conferir legitimidade para atos violentos. Assim como a cólera, a ira do rei é a emulação do sentido que a emoção divina emprega. Portanto, a ira possui caráter virtuoso e justo, ao passo que é mobilizada para estabelecer ou reestabelecer a ordem social desejável, deixando de possuir o caráter violento das ações, não incorrendo em um vício, tornando-se um ato justo.

A ira como instrumento de ordem

“Dessa forma, os francos tornaram-se tão irados que julgaram digno não fazer mais represálias, mas empreenderam uma guerra declarada contra os saxões. A guerra começou e ela foi travada com uma grande animosidade por trinta e três anos consecutivos, embora com mais desvantagem para os saxões que para os francos. Essa guerra poderia ter sido finalizada mais cedo, caso não houvesse traição por parte dos saxões.”¹¹

O fragmento acima destaca a mobilização da ira no documento conhecido como *Vita Karoli magni*. Podemos notar no processo de construção do argumento do autor, a personificação da ira na figura de Carlos Magno. Esse documento foi escrito após a morte de Carlos Magno, endereçado a seu filho, Luís, o Pio (c. 778 - 840). Contudo, o que nos interessa discutir aqui é dinâmica retórica em que a ira é inserida no debate. No contexto das Guerras

³ A citação, no original de 2007, a palavra fiéis era acentuada, mas optamos por manter segundo o novo acordo ortográfico, em vigor no ano de 2023, em que esse texto foi escrito.

Saxônicas, mediante as dificuldades, motivações e tempo de conflito, o imperador franco tinha como função social estabelecer a ordem. Com isso, a raiva foi o seu motivador.

Como Carlos Magno era o modelo representativo de rei, suas virtudes e emoções precisavam ser emuladas para os próximos líderes. Nesse sentido, é importante compreendermos a função social que a ira possui, ao estar associada ao rei em um contexto de resolução de conflito. Sua mobilização é legítima, pois se insere no processo de [re]estabelecimento da ordem social. Mas em que medida essa relação entre a construção da figura de Carlos Magno e os *emotives* presentes em suas ações se associam aos reis de períodos posteriores e ao propósito deste trabalho?

Para responder essa questão, torna-se relevante a leitura do trabalho do historiador alemão Johannes Fried, em sua obra *Charlemagne* (FRIED, 2016). Neste trabalho, o autor realiza um levantamento e uma discussão crítica a respeito dos diferentes momentos da história e da construção da figura de Carlos Magno. Ao longo do livro, o autor recorre análise de variados aspectos presentes nas fontes que constroem a vida do rei, desde o processo de chegada ao poder, a figura do rei guerreiro e a ênfase em seu papel militar, as características físicas e intelectuais além da relação com a corte. Segundo autor, o processo de construção da realeza carolíngia e o ritual de sagração do imperador, serviu de ponto de partida para inúmeros reinos posteriores, estendendo-se até a coroação de Napoleão.

Entretanto, dois eixos definem a base para nossa análise: em primeiro lugar, a abordagem crítica para o processo de construção da imagem do rei, partindo da forma como a narrativa é estruturada, os aspectos que são silenciados, as possíveis motivações para esses silenciamentos. Um ponto de análise do autor é a forma como este poder era exercido pela figura do rei, seu grande questionamento se refere as relações interpessoais

“And what about friendship? Or trust? Or passion? We search in vain for any clear impression of Charlemagne the human being. Were power and the law the sole parameters of relationships back then? Charlemagne ruled his kingdom for forty- four years, longer than most of his pre de ces sors or successors. Yet his life remains a closed book to us.” (FRIED, 2016: p. 515)

O segundo ponto que nos interessa é a articulação entre a construção da imagem, seu uso posterior e o grupo que cercava o imperador. Para Fried, há um consenso entre os historiadores ao reconhecer a importância de Carlos Magno para o desenvolvimento cultural

da região ocidental do império, pois foi o rei dos francos o responsável por difundir a língua latina além de um aporte cultural que remontava ao modelo românico.

A partir do modelo de personificação emocional presente na construção da figura de Carlos Magno, é possível ponderarmos uma articulação entre as ações do monarca, em que uma emoção foi mobilizada, com o estabelecimento da ordem. Contudo, o ponto de convergência entre esses aspectos marca sua posição através da legitimidade de ações violentas. A violência é utilizada como mecanismo de edificação da ordem. A ira, ao ser mobilizada nas narrativas em associação com a estabilidade social, personificadas tal qual modelo Carolíngio, deixa de possuir seu caráter violento e ressalta o papel de justiça.

Dessa forma, é possível identificarmos a mobilização da ira como instrumento de estabelecimento da ordem, no registro presente no ano de 773. Carlos Magno em viagem para cidade de Roma, com objetivo diplomático de proteger a Igreja a convite do papa. No contexto do documento, os saxões atacaram regiões de seu domínio. Segundo os relatos presentes nos *Anais Reais Francos*, houve grande ferocidade por parte dos adversários que podem ser compreendidos como termos correlatos a ira, contudo, em um ponto de vista vicioso:

*“Os saxões atacaram as terras francas vizinhas com um grande exército e avançaram até o castelo de Buriaburg. Os habitantes da fronteira ficaram apavorados e se retiraram para o castelo. Quando os saxões em sua selvageria começaram a queimar as casas do lado de fora [...] eles chegaram a uma igreja em Fritzlar que Bonifácio, de santa Memória, o mártir mais recente, havia consagrado e que ele disse profeticamente que nunca seria queimado pelo fogo. Os saxões começaram a atacar esta igreja com grande determinação, tentando de uma forma ou de outra queimá-la. Enquanto isso acontecia, apareceram a alguns cristãos no castelo e a alguns pagãos do exército dois jovens de branco que protegem a igreja do fogo. Eles não podiam incendiar a igreja ou danificá-la, nem por dentro nem por fora. Aterrorizados pela intervenção do poder divino, eles fugiram, embora ninguém os perseguisse”.*¹²

O relato acima demonstra a fluidez do papel retórico do fogo e nos ajuda a sustentar o argumento inicial da mobilização do emotivo. Além disso, inclui Deus no processo de estruturação do significado presente na narrativa. A ira e Deus são fundamentais para construção retórica do trecho destacado.

Para ampliar a intensidade das ações saxãs e conferir a elas o caráter de violento, o responsável pelo registro da fonte propõe que durante o cerco, eles queimaram várias casas. O estado de selvageria, que é compreendido neste relato como um descontrole movido pela ferocidade associado a ira, possui caráter emotivo. Nesse sentido, a fúria e o incêndio funcionam como elementos linguísticos de ampliação da desordem e agravamento das ações, sendo a ira presente nesse trecho, um vício ou desvio de conduta esperada, tendo em vista que o ataque é iniciado por parte dos saxões em um contexto cujo imperador franco não estava presente. Esse elemento marca a quebra de ordem e é elevado ao passo que há a inserção da ira e dos incêndios.

Portanto, ao atribuir o estado de selvageria aos saxões, a emoção cumpre a função de potencializar o adversário. Assim como a ira, o fogo que empregado na estrutura textual, como um ato de violência, apresenta características de desestruturação da ordem. Os saxões, segundo a fonte, estavam determinados a queimar a Igreja, que diferente das casas que foram destruídas, por intermédio divino, não foi incinerada. A contrapartida do fogo emerge ao passo em que há uma intervenção. O Deus cristão não se faz presente de maneira nominal, pois ao observarmos o relato, não há a presença dos termos *Domine*, ou *Dei*, mas o autor da fonte registra que não seria possível danificar a Igreja, nem por dentro e nem por fora e encerra seu argumento pontuando que *divinae maiestatis pavore perterriti in fugam conversi sunt, nemine persequente* eles ficaram amedrontados diante do poder divino, ao intervir para proteção da Igreja e fugiram. Conclui-se, na ausência do rei para reestabelecer a ordem, a narrativa insere Deus como elemento estabilização, cuja presença legitima tais atos.

Partindo desse exemplo, podemos analisar a ocorrência desses elementos em diferentes momentos nos *Anais Reais Francos*. No ano de 789, a partir de um conflito iniciado por Carlos, tendo como meta a manutenção da estabilidade na região fronteira e proteção de seus aliados, pode-se notar o registro de dois pontos que fundamentam nosso argumento. O primeiro deles é o papel de Deus no processo de conferência de legitimidade a causa carolíngia. Em oposição a outros fragmentos analisados, nesse caso as faltas cometidas pelos Wilzi não eram contra os francos, mas contra seus aliados. O papel de Deus no conflito se insere como arcabouço de legitimidade da ação violenta.

“Existia uma nação de eslavos, na Germânia, situados na costa oceânica, cujo idioma era chamado de Welatabi, na língua franca são chamados de Wilzi. Os Wilzi sempre foram hostis aos francos e costumavam odiar e perseguir seus vizinhos que eram súditos ou aliados dos francos, através de guerras. Pensando que não deveria mais suportar a insolência deles, o rei decidiu guerrear. [...] A partir daí ele avançou mais e pelo dom de Deus sujeitou os eslavos à sua autoridade. [...] Ele também tinha com ele os eslavos chamados Sorbs e os Obodrites, cujo chefe era Witzan. Entrando no país dos Wilzi, ele [Carlos Magno] ordenou que tudo fosse devastado com fogo e espada.”¹³

O papel do *ferro et igni*, novamente é mobilizado como elemento de coesão retórica. Por serem palavras extremamente fluidos no processo de construção da escrita, sua utilização pode indicar uma ação violenta e desregulada. Porém, compreendemos que esse papel social é empreendido quando as palavras são empregadas para significar ou intensificar as ações movidas por parte dos adversários dos francos, afinal, estariam agravando a desordem.

Contudo, quando essas palavras são inseridas no texto para significar as ações dos francos, seu caráter se alterna. A inserção de Deus que havia conferido a legitimidade ajuda a sustentar o argumento de que espada e fogo podem não ser considerados ações violentas, pois a participação divina confere o caráter de legítima para as ações, afinal o Deus medieval, conforme discutido anteriormente, possui o papel de justo. Há, portanto, uma variação de sentido de acordo com aquele que realiza a ação. Nesse caso, podemos sustentar a ideia de que a violência é legítima e a ira sustenta sua legalidade, desde que a ação seja empreendida por Deus ou pelo Rei. Se as bases para reparação e o auxílio de Deus estivessem de acordo com uma causa, fogo e espada esvaziando o seu caráter violento e tornavam-se elementos de justiça.

Conclusão

A partir das reflexões inseridas ao longo de todas essas páginas, defendemos a ideia de que a ira tinha diferentes faces, a depender da forma como ela era mobilizada, demonstrando assim a polissemia da emoção e a sua relação histórica, tendo em vista que ela poderia ser utilizada como argumento retórico de legitimidade, conferindo caráter de virtude a uma emoção, desde que estivesse diante de uma situação socialmente aceita, mas também, seu

caráter vicioso, em especial quando mobilizado para personificar algum adversário dos carolíngios.

Portanto, era necessário que toda construção narrativa fosse organizada de maneira que o emprego das palavras que se relacionam, do ponto de vista semântico, com a ira, pudesse fazer sentido. Sendo assim, é preciso reconstruir as *comunidades emocionais* visando compreender os diferentes significados emotivos, para analisarmos de maneira mais ampla a forma como as sociedades medievais experimentavam a sua relação com o mundo, salientando o papel da História Social das Emoções como um importante campo que pode ser um instrumento de análise indispensável para problemas presentes, tendo em vista que muitas vezes os instrumentos teóricos de análise social não nos fornecesse os instrumentos necessários para compreensão das diferentes esferas da vida.

Referências Bibliográficas:

Fontes:

Annales Regni Francorum. in Rerum Germanicarum in usum scholarum ex Monumentis Germaniae Historicis Separatim Editi: PERTZII, G.H e KURZE, F. Hannoverae impensis bibliopolii Hahniani, 1895.

ALCUÍNO DE YORK. **De ratione animae.** Ed. J. P. Migne. Patrologia Latina: 1851.
<https://mlat.uzh.ch/browser/8677:5?path=/1047/3677/8700> visto em 28/04/2024.

EINHARDI, **Vita Karoli Magni.** Ex Recensione Pertzil in usum scholarum. Hannoverae, 1829 in Bibliopolio Aulico Hahniano - MGH. <http://www.mgh.de/dmgh/?L=3> visto em 07/04/2020.

Bibliografia Citada:

BLOCH. M. A **sociedade feudal.** Trad. Emanuel Lourenço Gondinho. Edições 70: Lisboa, 1982.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, **Apologia da história,** ou, O ofício de historiador. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

- BOQUET, Damien e NAGY, **Medieval Sensibilities**. A History of Emotions in the Middle Ages. Cambridge: Polity Press ,2018.
- CAPEFIGUE, J.B. Essai sur les invasions maritimes des Normands dans les Gaules. Imprimerie Royale: Paris, 1823.
- CASTANHO, G. **A Hegemonia das margens**: a obra de Jacques Le Goff no início do século XXI. HISTÓRIA São Paulo, v. 37, p. 1-26, 2018.
- CHATEAUBRIAND F.R. de: **OEuvres complètes**. Nouvelle édition revue avec soin sur les éditions originales, précédée d'une étude littéraire sur Chateaubriand par M.Saint-Beuve. Tome IX: Etudes historiques. Paris, Garnier, 1831.
- CROSSLEY, Ceri. **French historians and romanticism**: Thierry, Guizot, the Saint-Simonians, Quinet, Michelet. London; New York: Routledge, 1993
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Idade Média**: Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- FRIED, Johannes: **Charlemagne**. Traduzido por Peter Lewis: Harvard University Press, Massachussets, 2016.
- GUIZOT, F. **Cours de Histoire Moderne**. Paris: Pichon et Didier, 1828.
- GUIZOT, F. **Histoire Générale de la Civilisation en Europe**; depuis la chute de l'empire romain jusqu'à la Révolution française. Bruxelles, du 4 février 1836.
- HUINZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.
- LINDNER, E. G. **O que são emoções?** Tradução de M. G. P. Koury. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 36, 2013, p.822-845.
- MICHELET, J. **La Sorcière**. Paris: Garnier-Flammarion, 1966.
- MICHELET, J. **História da França** - Tomo I - Livros I e II (até 987 d.C.) Rio de Janeiro: trad. Luiz Fernando Serra Moura Correia, 2013.
- MONTESQUIEU. **Do Espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MONTESQUIEU. **Lettres persanes**. Org. Philip Stewart. Paris: Classiques Garnier poche, 2013.
- REDDY, William. **The Navigation of Feeling**. A Framework for the History of Emotions. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2001.

ROSENWEIN, B. **Anger's past**. The Social uses of an Emotion in the Middle Ages. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

ROSENWEIN, B. **Emotional communities in the early Middle Ages**. New York. Cornell University Press: 2006.

ROSENWEIN, B. **História das emoções: problemas e métodos**. Trad: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SCHEFF, Th. J. **Uma taxonomia das emoções: como começar**. In. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v.11, n. 31, 2012, p. 9-26.

STAEL-Holteins Madame; **De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales**. De l'imprimerie de Crepelet: Paris, 1799. MALLET. P.H. Introduction à l'Histoire du Dannemarc, où l'on traite de la religion, des Loix et des moeurs et des Usages des anciens Danois, Copenhague, 1758.

THIERRY, A. **Lettres sur l'histoire de France**. Paris, 1852.

VOLTAIRE, **Essai sur les moeurs et l'esprit des nations**, edited by Rene Pomeau, 2 vols. Paris: Garnier, 1963.

Notas

¹A definição pode ser encontrada na versão digital da enciclopédia, presente em <https://www.britannica.com/science/emotion> visto dia 02/08/2023.

² Segundo a abordagem do autor, a Idade Média pode ser compreendida por dois períodos feudais, em que um deles foi marcado pela violência desregulada. “Como poderia isso ser durante esta primeira idade feudal, impregnada, de alto abaixo da sociedade, pelo gosto ou pelo medo da violência”

³ Entre esses autores o objetivo era compreender as dinâmicas da formação da sociedade francesa e propor um limite para o poder real. VOLTAIRE, **Essai sur les moeurs et l'esprit des nations**, edited by Rene Pomeau, 2 vols. Paris: Garnier, 1963. STAEL-Holteins Madame; **De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales**. De l'imprimerie de Crepelet: Paris, 1799. MALLET. P.H. **Introduction à l'Histoire du Dannemarc**, où l'on traite de la religion, des Loix et des moeurs et des Usages des anciens Danois, Copenhague, 1758. MONTESQUIEU. **Do Espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973; MONTESQUIEU. **Lettres persanes**. Org. Philip Stewart. Paris: Classiques Garnier poche, 2013.

⁴ Segundo a análise de Ceri Crossley, o período da Restauração precisava provar que a Revolução não era uma aberração, como a fase do Terror e a possibilidade de uma quase anarquia total poderia ter legado. *in* CROSSLEY, Ceri. **French historians and romanticism**: Thierry, Guizot, the Saint-Simonians, Quinet, Michelet. London; New York: Routledge, 1993. Nesse sentido, autores como Jean Batiste Capecigüe e François-René de Chateaubriand propõe uma ressignificação da crítica realizada no período anterior a fim de reconstruir a França através da busca pela formação da sociedade mediante a mescla entre vários elementos, como a Igreja e as incursões do século IX. CAPEFIGUE, J.B. **Essai sur les invasions maritimes des Normands dans les Gaules**. Imprimerie Royale: Paris, 1823. e CHATEAUBRIAND F.R. de: **OEuvres complètes**. Nouvelle édition revue avec soin sur les éditions originales, précédée d'une étude littéraire sur Chateaubriand par M.Saint-Beuve. Tome IX: Etudes historiques. Paris, Garnier, 1831.

⁵ Os autores com maior alcance no século XIX, buscaram realizar a ressignificação de personagens medievais através de um projeto político de representação, definindo um modelo ideal para esses agentes históricos e associando suas características ao povo francês, construindo uma identidade coletiva. Entre eles, há grande destaque para François Guizot, Augustin Thierry e Michelet. in GUIZOT, F. **Cours de Histoire Moderne**. Paris: Pichon et Didier, 1828. GUIZOT, F. **Histoire Générale de la Civilisation en Europe**; depuis la chute de l'empire romain jusqu'à la Révolution française. Bruxelles, du 4 février 1836. THIERRY, A. **Lettres sur l'histoire de France**. Paris, 1852 e MICHELET, J. **História da França** - Tomo I - Livros I e II (até 987 d.C.) Rio de Janeiro: trad. Luiz Fernando Serra Moura Correia, 2013.

⁶ Gabriel de Carvalho Castanho Godoy faz um balanço da vida de Jacques Le Goff e destaca o quanto suas obras tiveram importância na segunda metade do século XX. Além disso, o autor demonstra a conexão com a academia brasileira, durante o período, especialmente ao mencionar as viagens de Le Goff para o Brasil e destaca as críticas que o autor recebe a partir do início do século XXI.

⁷ **Annales Regni Francorum**. in Rerum Germanicarum in usum scholarum ex Monumentis Germaniae Historicae Separatim Editi: PERTZII, G.H e KURZE, F. Hannoverae impensis bibliopolii Hahniani, 1895. p. 41. Tradução nossa: "Tunc audiens, quod Hrodgaudus Langobardus fraudavit fidem suam et omnia sacramenta rumpens et voluit Italiam rebellare, tunc illis in partibus cum aliquibus Francis dominus Carolus rex iter peragens."

⁸ *Ibid.* **Annales regni Francorum**, 1895. p. 18. "Waifarum ducem Aquitani orum minime consentire iustitias ecclesiarum partibus"

⁹ *Ibid.* **Annales regni Francorum**, 1895. p. 19. "Et hoc facto commotum contra se regis animum adeo mitigavit, ut statim bello desisteret."

¹⁰ *Ibid.* **Annales regni Francorum**, 1895. p. 129 "Interea Godofridus rex Danorum per negotiatores quosdam mandavit, se andisse, quod imperator ei fuisset iratus"

¹¹ *Ibid.* EGINHARD. 1829. p. 24. "quibus adeo Franci sunt irritati, ut non iam vicissitudinem reddere, sed apertum contra eos bellum suscipere dignum iudicarent. Susceptum est igitur adversus eos bellum, quod magna utrimque animositate, tamen maiore Saxonum quam Francorum dampno, per continuos triginta tres annos gerebatur. Poterat siquidem citius finiri, si Saxonum hoc perfidia pateretur."

¹² *Ibid.* **Annales regni Francorum**, 1895 p. 36-38. Grifos nossos: "Ipsi vero Saxones exierunt cum magno exercitu super confinia Francorum, pervenerunt usque ad castrum, quod nominatur Buriaburg; attamen ipsi confiniales de hac causa solliciti, cumque hoc cernerent, castello sunt ingressi. Dum igitur ipsa Saxonum gens coepisset seviens domos forinsecus incendia cremare, venerunt ad venit. [...] consumpsit quandam basilicam in loeo, qui dicitur Fricdislar quam sanctae memoriae Bonifacii novissimus martyr consecravit atque per spiritum prophetiae praedixit, quod nunquam incendio cremaretur. Coeperunt autem idem praefati Saxones cum nimia intentione adversus eandem certare basilicam, quemadmodum eam per quodlibet ingenium igni e cremare potuissent. Dum haec igitur agerentur, apparuerunt quibusdam christianis, qui erant in castello, similiter et quibusdam paganis, qui in ipso aderant exercitu, duo iuvenes in albis, qui ipsam basilicam ab igne protegebant; et propterea ibidem non potuerunt neque interius neque exterius ignem accendere nee aliquod dampnum eidem inferre basilicae, sed nutu divinae maiestatis pavore perterriti in fugam conversi sunt, nemine persequente."

¹³ *Ibid.* **Annales regni Francorum**, 1895. p. 84-85. Grifos nossos "atque inde regressus in Aquisgrani palatio suo, ubi hiemaverat, et diem Domini natalitium sanctumque pascha more solemniter celebravit. Natio quaedam Sclavorum» est in Germania, sedens super litus oceani, quae propria lingua Welatabi, francicac autem Wiltzid vocatur. Ea Francis semper inimica et vicinos suos, qui Francis vel subiecti vel foederati e erant, odiis insectari belloque premere ac lacescere solebat. Cuius insolentiam rex longius sibi non ferendam ratus bello eam adgredivit statuit comparatoque [...] Exinde promotus in ante, Domino largiente supradictos Sclavos sub suo dominio conlocavit [...] Ipse fluvio transito, quo constituerat, exercitum duxit ingressusque Wiltzorumh terram cuncta ferro et igni vastari"